



A PRÁTICA DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PUREZA/RN

Liliane Silva Câmara de Oliveira¹
Karina Clemente dos Santos²
Alana Pauline Silva de Carvalho³
Nádia Cristina dos Santos Dantas Ferreira⁴
Viviane Fernandes de Oliveira⁵

RESUMO

Estão abordados nestas linhas atividades, contextos e reflexões sobre as ações da Coordenação Pedagógica frente a uma Rede Municipal de Educação Pública, uma vez que é a partir desta que os demais profissionais dessa função, lotados nas unidades escolares, são orientados e acompanhados para o desenvolvimento pedagógico da Escola. O principal objetivo aqui é refletir a prática e os desafios do coordenador pedagógico lotado na Secretaria Municipal de Educação (SME) frente à realidade a qual a Escola Pública está inserida, para a realização do que seria melhor no processo de ensino/aprendizado de uma cidade. O texto através de seus referenciais busca explicar quais as funções e responsabilidades desse profissional, como se dá seu processo formativo, quão relevante é sua participação na gestão educativa, e como forma de exemplificação, vai sendo relatado um pouco da experiência da SME do Município de Pureza/RN, confrontada com o que a literatura científica traz sobre esse tema. Foi utilizado aqui o método de pesquisa bibliográfica e observatório, os dados foram levantados e discutindo de forma qualitativa. Os resultados apresentados são relatos de experiência da equipe técnica da secretaria em questão, apresentando alguns desafios vencidos dentro do processo de desenvolvimento educacional em nível de rede.

Palavras-chave: Coordenação pedagógica, Rede de Ensino, Desafios, Experiências.

INTRODUÇÃO

A gestão educacional básica no Brasil está organizada em redes que podem ser de responsabilidade privada ou pública de âmbito federativo, estadual ou municipal, no entanto o objetivo de todas deve ser o de ensino-aprendizado para os indivíduos que delas usufruem como estudantes.

Para que não haja diferenças no desenvolvimento de seus objetivos essas redes devem seguir normas e orientações legislativas que garantem a organização estrutural e

¹Mestre em Ensino de Ciências e Educação Matemática pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, lilianecamara2007@hotmail.com;

²Bacharel em Direito pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU /SP, kary-clemente@hotmail.com;

³Pedagoga licenciada pela Universidade Vale do Acaraú – UVA/CE, alanapcarvalho@gmail.com;

⁴Psicopedagoga pelo Instituto Superior de Educação de Pesqueira - ISEP/PE, nadiacomcristo@hotmail.com.

⁵Psicopedagoga pelo Instituto Superior de Educação de Pesqueira - ISEP/PE, vivi199286@hotmail.com.



a interligação entre as mesmas, deixando-as com funcionamento administrativo o mais próximo possível em termos de cargos, responsabilidades, dialogicidade e intelectualidade, seguindo o que rege a Constituição Federal Brasileira (1988) em seu artigo 227, posteriormente a Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação e as demais normas que foram surgindo a partir dessas.

Na organização da educação em rede estão sempre em ênfase à condução pedagógica, administrativa e as ações por elas propostas para atendimento aos seus participantes. Dessa forma vamos tratar nesse estudo de uma organização em rede educacional de representação pública municipal que fica no Rio Grande do Norte em uma cidade denominada Pureza, localizada no litoral norte a 60 km da capital do Estado (LIMA, SILVA, 2011), dando ênfase para a função do coordenador pedagógico, uma vez que a pedagogia é a principal área de funcionamento no processo de conquista dos objetivos educacionais. Essa rede é composta por 04 escolas de ensino fundamental completo, 02 escolas de ensino fundamental anos iniciais e 04 centros de educação infantil, atendendo ao todo uma média de 1.900 estudantes ao todo. O período a ser relatado aqui está entre os anos de 2017 a 2020 tendo como secretário o professor João Maria Tavares da Silva, assessorado por esse grupo de autoras como coordenadoras.

Muito se escreve sobre o papel do coordenador pedagógico e sua atuação nas escolas e os desafios aos quais esse profissional enfrenta ao desempenhar seus trabalhos, que vem se mostrando cada dia mais relevante no ambiente educativo, no entanto são poucos os registros sobre a experiência de atuação deste em uma função de proporção mais estendida, que é o caso daqueles que atuam na coordenação de base em rede, como os coordenadores gerais e de níveis em uma instância, como nesse caso, que citaremos à municipal.

A função desse profissional em uma rede educacional tem importante e fundamental papel por ser dele a responsabilidade de articulação dos professores para o alcance do mais almejado resultado da educação, o efetivo ensino e aprendizado (ARAÚJO, MARTINS, RODRIGUES, 2019).

Para tanto, essas linhas aqui descritas pretendem apresentar a função do coordenador pedagógico em nível de rede pública, refletindo a sua prática a partir dos desafios encontrados, tendo como vivência algumas experiências na Secretaria Municipal de Educação de Pureza (SMEP), confrontando a teoria e a realidade na qual esta rede está inserida. Estão pautadas no método qualitativo a partir de pesquisas em livros e artigos científicos, vivências, observações e anotações seguindo algumas



orientações de Cancherine (2010) com a escuta sensível, e Zabala (1998) levando em consideração seu método baseado no construtivismo.

Esse estudo conta com as contribuições teóricas de Domingues (2014), Souza (2019), Araújo, Martins e Rodrigues (2019) entre outros autores que irão embasar as práticas apresentadas e justificar alguns resultados citados nesse texto, quanto à trajetória prática do coordenador pedagógico da secretaria em questão, o que estará contribuindo como forma de aprendizado para os profissionais que atuam ou atuarão enfrentando a realidade dos sistemas educacionais do país e tentando dá o seu melhor no local em que estiver lotado para assumir essa mesma função.

FUNÇÕES E PROCESSO FORMATIVO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO

A denominação do coordenador pedagógico já fala por si sobre a função que esse profissional exerce no ambiente educacional ao qual faz parte, e tem por encargo propor e organizar meios de forma conjunta para os encaminhamentos do ensino e aprendizado em um determinado grupo ao qual é de sua responsabilidade, com objetivo de atender as necessidades dos docentes e discentes sem perder de vista a organização e os resultados das ações educativas promovidas ao longo de um determinado período letivo (ARAÚJO, MARTINS, RODRIGUES, 2019; SOUZA, 2019).

Esse profissional está envolvido em várias questões no espaço em que atua, tendo como exemplo sua articulação para organização do currículo, dos projetos políticos pedagógicos, construção do conhecimento, motivações para aprendizagem, formação continuada de professores, relações interpessoais, avaliações, comunicação, pesquisas e elaboração de recursos didáticos, entre outras atividades (VASCONCELOS, 2006). Atuando assim ele é o protagonista da educação capaz de diagnosticar problemas existentes nos processos e ir planejando e realizando intervenções, visando à melhoria das situações para o alcance dos objetivos de aprendizado (SOUZA, 2019).

Todas essas funções de articulação devem ter o propósito de construção coletiva, em especial a dos Projetos Políticos Pedagógicos das Escolas (FRANCO et al.2016, p.52), o que em nível de rede, ele passa a provocar essa construção de forma participativa e democrática respeitando as individualidades de cada unidade escolar junto aos seus constituintes e ao mesmo tempo sem deixar que essas, por pertencerem a uma única matriz institucional, percam o foco e se distancie dos seus encargos quanto



grupo de um objetivo maior, previsto por lei para toda uma instância municipal, estadual ou federal.

Para Souza (2019) os projetos políticos pedagógicos (PPP) são documentos orientadores das aprendizagens dos alunos, auxiliam e orientam os professores apontando caminhos da articulação do fazer pedagógico local. Ele norteia o andamento de cada escola, e a junção de todas resulta no desenvolvimento ou não de uma rede, portanto acompanhar a construção e o desenvolvimento destes é de responsabilidades dos Coordenadores Técnicos das Secretarias (CTS) institucionais, e fazer com que eles aconteçam de forma política e democrática na comunidade escolar é parte desse acompanhamento e ações em cada escola.

O trabalho pedagógico possui uma dinâmica variante de acordo com as mudanças educacionais, políticas e sociais; com o desenvolvimento tecnológico e as reformas educativas, que vão se particularizando ao longo do tempo, espaço, currículo e meio. Essa variação exige do coordenador um olhar sensível para orientações e formações dos professores diante das adequações dessas transformações que vão além dos muros da escola (DOMINGUES, 2014).

Os debates acerca da atuação do coordenador nos ambientes educacionais tiveram início a partir das novas demandas educacionais comprometidas com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. De acordo com Bello *et al.* (2017, p. 75), suas atribuições são categorizadas em cinco eixos, tendo em vista as temáticas centrais abordadas: formação e atualização, gestão, avaliação, integração e implementação de programas e de projetos.

O processo de formação do coordenador pedagógico não advém de uma formação técnica ou superior específica em nosso país, não há até o momento uma profissionalização própria para assumir esse trabalho. Esse espaço é ocupado por profissionais professores das mais diversas áreas de conhecimento, que desempenhem as atividades específicas desse cargo (ARAÚJO, MARTINS, RODRIGUES, 2019).

De acordo com Domingues (2014):

A história e a legislação brasileira deixaram registradas que parte da tarefa exercida hoje pelos coordenadores pedagógicos esteve de alguma forma, renunciada no sistema escolar e associada a outras funções e outros cargos dentro do organograma educacional da época. [...] no século XXI, como gestor dos processos de formação, tem especial importância pela possibilidade de condução de uma reflexão que conduza a consciência das identidades possíveis frente às discontinuidades da contemporaneidade, das determinações das políticas públicas e das necessidades educativas da comunidade (DOMINGUES, 2014).



Assim, corroborando com os eixos desenhados por Bello *et al* (2017), Araújo, Martins e Rodrigues (2019) consideram que a condição básica de atuação desse profissional é a de *formar*, sendo essencial que ele esteja sempre buscando conhecimentos através de estudos vinculados aos setores educacionais ligados as secretarias institucionais de redes, que possam embasá-los na articulação de seu desempenho para assumir e promover formações continuadas para os professores pertencentes a sua pasta, de modo a atender as necessidades e expectativas do contexto ao qual estão inseridos, tentando fomentar neles o desejo de obter esses conhecimentos e colocá-los em prática.

Assim, o objetivo do Coordenador Pedagógico deve ser o de acompanhar e mediar o processo educativo, tendo como foco principal a aprendizagem significativa dos educandos, praticando no meio profissional a articulação, discussões, questionamentos e socialização do conhecimento com os demais.

O trabalho desse profissional é de extrema importância em todas as áreas em que há necessidade de ações educativas. Mesmo com tantas dificuldades no que diz respeito ao trabalho nessa função, deve-se atentar para que esse profissional não fuja de suas atividades, coisa que pode acontecer comumente pelas situações emergenciais que vão surgindo na prática diária de uma instituição. Para tanto é importante a conscientização de toda comunidade escolar no cumprimento de sua função para realização do trabalho coletivo e participativo, efetivando parcerias para que seja possível uma educação de qualidade, exercendo assim o papel democrático da escola.

EXPERIÊNCIAS DESAFIADORAS DA COORDENAÇÃO TÉCNICA PEDAGÓGICA NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PUREZA

Após essa breve reflexão sobre as principais funções e a importância do coordenador pedagógico no ambiente educacional, esse ponto do estudo vem relatar algumas das experiências desafiadoras, porém exitosas da Equipe Técnica Pedagógica (ETP) da Secretaria Municipal de Educação (SME) nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) e Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino de Pureza/RN. Em algumas dessas experiências foi utilizada a estrutura metodológica de Zabala (1998) na prática de intervenção nas escolas para formações continuada e a escuta sensível de Cancherine (2010) junto aos docentes.



Vale ressaltar aqui, considerando relevante essa informação para situar o leitor em relação à prática e os fatos relatados, que dentre as 10 unidades escolares, apenas 05 tem um coordenador pedagógico escolar, as demais ficaram sobre a responsabilidade total do gestor e dos técnicos da secretaria.

Dentre algumas ações que tiveram êxito nesta rede de ensino no período entre 2017 a 2020, destaca-se o vínculo de proximidade entre Equipe Técnica da Secretaria (ETS) e os profissionais que compunham a Rede Municipal, o que não existia na prática, pois tudo acontecia como se esta equipe só estava acessível para os gestores e coordenadores escolares, sem contato com os demais autores escolares, o que deixava os processos pedagógicos práticos direcionados pela SME difíceis de acontecerem, principalmente onde não havia o coordenador escolar.

A partir dessa observação foi iniciado o trabalho em *lócus* pela ETS, levando as unidades escolares atenção e diálogos constantes com todos os profissionais. Esta interação ocorria periodicamente com visitas a cada Unidade Escolar, no mínimo 01 vez a cada mês, para que houvesse a observação, a troca de experiências e a escuta sensível sobre as dificuldades da prática cotidiana na escola.

Dessa forma, foi perceptível que essas ações de proximidade de relações profissionais e prática estavam modificando o meio culturalmente marcado até então pela falta de comunicação entre esses profissionais e facilitando o processo para formações continuadas e realizações de atividades pedagógicas em conjunto, uma vez que a ETP se fazia presente na unidade escolar não como cobradores de regras ou inspetores de situações, mas como profissionais que estavam abertos a orientação e diálogo. A partir dessa aproximação foi possível visualizar o surgimento transformador de melhorias educacionais em nível de rede. Colaborando com essa idéia, Resende (2019, p.162) vem afirmar que:

[...] Um fator determinante na constituição profissional do coordenador pedagógico, trata-se do acolhimento da equipe escolar, bem como a organização da Formação Continuada, que deve ser realizada durante o ano no espaço escolar. Formação Continuada entendida também como uma necessidade. Nesse caso, é entendida como processo de desenvolvimento dos profissionais da educação que acontece, dentre outros espaços, em seu contexto de trabalho: a escola.

A partir dessa relação estabelecida o trabalho de toda a rede passou a fluir com maior equilíbrio, confiança, melhores relacionamentos profissionais, diálogos, ações



democráticas e resultados ricos em conhecimentos por ter a contribuição e opinião de todos, resultando em uma melhoria na pontuação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

O trabalho do técnico coordenador municipal em Pureza também ganhou destaque pelas formações e incentivo à construção e implantação dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) nas escolas, juntamente, com a gestão escolar, coordenadores locais e demais funcionários, pois mesmo sendo esse um documento essencial para as unidades escolares quase nenhuma da rede possuía o seu, e as poucas que possuíam encontravam-se desatualizados.

A ação de intervenção da ETP foi necessária para orientar e auxiliar cada escola na efetivação de construção e atualização desses planos. Compreendeu-se essa ação como relevante uma vez que ao organizar o PPP e tê-lo em mãos, professores, pais, alunos, funcionários e gestores, o poderão tê-lo como guia para transformar a realidade, tornando o ambiente escolar vivo e dinâmico para uma formação de cidadãos críticos, reflexivos e solidários.

Assim, com formações para os gestores/coordenadores escolares e posteriormente para os professores, foi possível garantir a realização do processo de forma participativa com toda a comunidade escolar, onde a SME atuou apenas como mediadora para que realmente acontecesse. Isso por concordar com a colocação de Cândido e Gentilini (2017, p.329) quando dizem que a escola deve organizar, de forma autônoma e democrática, seu próprio projeto, onde os profissionais envolvidos devem conhecer muito bem a realidade, estabelecendo as diretrizes de trabalho.

Em especial, de agosto a dezembro de 2019 as CTP prepararam uma formação para a toda equipe escolar por recomendação das instâncias educacional maiores como a Rede Estadual do RN (SEEC) e o Ministério da Educação (MEC), e iniciaram o processo de atualização dos PPP's das Escolas Municipais, a partir do alinhamento dos mesmos com as novas documentações regentes e em vigor nacional da educação, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os Documentos Curriculares (DC) em específico o do Estado do Rio Grande Norte (DCRN), o qual foi criado em regime de colaboração com as redes de Ensino Estaduais e Municipais.

Os Currículos Educacionais do Município de Pureza, aos quais os PPP's escolares devem estar baseados, está norteado pelo o DCRN, o que não desconstrói os



projetos da escola, mas convida a repensar seus propósitos e sentidos, podendo articulá-los a um novo caminho curricular que, por ser direcionador e, ao mesmo tempo, flexível, permite que a escola seja única e parte constituinte de uma rede na garantia da aprendizagem de todos os estudantes (RIO GRANDE DO NORTE, 2019).

Com a implementação da BNCC e do DCRN a escola continua sendo autônoma na construção dos seus PPP's, tendo a liberdade de pensamento e capacidade de adequações locais, no entanto deve atentar para a consonância exigida em leis pelo o sistema de ensino que rege o país (BRASIL, 1996). Foram essas as fundamentações para a formação, considerando que foram construídas com base em estudos e de forma democrática, dialogando com as discussões acerca das versões da BNCC, propondo o desenvolvimento integral dos estudantes, dando condições de acesso aos conhecimentos historicamente construídos por meio de diferentes linguagens para agir com determinação, respeitando os princípios éticos, democráticos, inclusivos, estéticos e políticos.

Nessa formação foram realizados três momentos de encontros presenciais em cada uma das unidades escolares com toda comunidade escolar com duração de 4h cada um, onde os CTP organizavam o momento na perspectiva de apresentação dos conceitos e orientações e conduzia os presentes para a construção prática dos PPP's.

Ela foi pensada, acreditando que é a partir da reflexão a cerca do PPP que toda a comunidade escolar entenderá que a cada atualização, a escola ganha um novo olhar, viabilizando alguns aspectos que irão definir os rumos da instituição como, por exemplo, as finalidades da escola, estrutura organizacional, processo de decisão, relações de trabalho e avaliação, caracterizando-se o que a escola é e o que ela há de se tornar no futuro (BRASIL, 2017).

O resultado dessa ação mais uma vez foi positivo, pois a equipe conseguiu envolver todos os autores e o processo foi realizado pelos mesmos, de forma que cada unidade escolar de Pureza atualmente é capaz de apresentar seu PPP em consonância com a atualidade.

Por fim será exposta mais uma experiência dessa rede a partir da Educação Infantil que é considerada muito importante no desenvolvimento das crianças, pois também foi desafiadora, mas com resultados transformadores.



Pensando em melhorias no processo de ensino/aprendizagem, em 2019 a SMEP firmou parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), adotando nos CMEI's a metodologia de "tema de pesquisa". Essas unidades educativas atendem crianças bem pequenas (2 anos e 6 meses a 3 anos) e crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses) com o sistema de níveis (1, 2, 3 e 4).

O "Tema de Pesquisa" é a metodologia que o Núcleo de Educação Infantil (NEI) da UFRN utiliza desde os anos 80 com reestrutura curricular com base em (KRAMER, 1989), considerando as experiências de vida e valores socioculturais das crianças para o aprendizado, o que deu certo. Assim, nessa parceria algumas professoras desse núcleo vinham à Pureza para realização de formações de professores para implantação desse método no ensino infantil local.

A opção pela mudança de metodologia se deu por considerar que a educação infantil é importante para o crescimento intelectual do indivíduo e nessa fase merece ser bem trabalhada, podendo o aprendizado acontecer a partir do conhecimento do contexto sociocultural das crianças e efetivado através da definição como visão de mundo. Considerando assim um conhecimento construído a partir das experiências, observações, conversas, curiosidades e leituras da própria criança. Para Kramer essa é:

Exatamente a possibilidade de articular, no trabalho pedagógico, a realidade sociocultural das crianças, o desenvolvimento infantil e os interesses específicos que as crianças manifestam, bem como os conhecimentos acumulados historicamente pela humanidade a que todos têm direito e acesso, (Kramer 1989, p. 50).

Ao iniciar as formações dos professores, para a implementação do método nos CMEIs, a SME precisou se articular para que não houvesse comprometimento do calendário letivo. Essa formação acontecia quinzenalmente em cada CMEI, com as formadoras da UFRN, acompanhadas pela técnica da (SMEP) que participava e acompanhava ativamente todo o processo do desenvolvimento das formações. Elas ocorriam para os professores em uma sala da repartição, enquanto suas turminhas estavam em atividades orientadas pelos próprios, na responsabilidade dos demais protagonistas do CMEI, como seus auxiliares e gestores, ou as crianças levavam antecipadamente atividade de pesquisa orientada para realização com os pais em casa.



Foi um desafio fazer acontecer, porém possível. Inicialmente os professores não aceitaram bem a dinâmica utilizada para as formações, o fato de mudar a rotina da escola, mudar sua sala de aula, ter materiais a mais para ler e refletir, ressaltando ainda que alguns não acreditassem na eficácia do método. A equipe da SME se esforçou muito para conquistar a confiança e adesão desses profissionais para esse novo projeto, por acreditar que seria positivo para as crianças e estaria em consonância com o DCRN e BNCC.

Contudo, o desafio foi lançado e enfrentado e o melhor de tudo foi observar as mudanças acontecendo, tanto na postura e atitudes dos professores, quanto no ambiente escolar e nas crianças. Fantástico como tudo foi se transformando, aos poucos, mas de forma segura e sem rupturas no processo de desenvolvimento das crianças. Com uma média de seis meses já era perceptível o êxito da aplicação do método nos quatro CMEIs da rede, resultando na ascensão do ensino/aprendizagem das crianças, observados e relatados a cada novo encontro formativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da prática de trabalho da ET da SME no período de 2017 a 2020 proporcionou uma importante aprendizagem aos seus integrantes, uma vez que foi assumido o desafio de buscar melhorias para Educação do Município de Pureza. Destaca-se como fator importante a metodologia de trabalho baseada no diálogo, o que possibilitou conhecer todo o contexto, refletir sobre o mesmo e buscar conhecimentos para aplicação na prática e enfrentamento dos desafios do coordenador Pedagógico frente a uma rede pública de ensino.

Como ponto relevante para conseguir êxito nos objetivos educacionais da rede, desta-se a formação continuada além da equipe técnica, abrangendo todos os profissionais da escola, tornando-os assim mais conscientes da sua atribuição e colaboração com a equipe gestora para articulação e transformação dos espaços escolares.

Portanto é inferível que a função do coordenador pedagógico é muito significativa no contexto em rede, uma vez que parte dele a articulação do que concerne ao ensino e aprendizado das unidades escolares. Claro que a SME não poderia fazer nada se não fosse a abertura dos profissionais que estavam na escola, no



entanto a atuação do coordenador pedagógico é realmente relevante e faz toda a diferença. Sempre haverá desafios a serem superados, mas é preciso envolver todos os autores no processo e partindo dessas experiências é possível afirmar que assim pode-se melhorar sempre.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, O. H. A.; MARTINS, E. S.; RODRIGUES, J. M. C.. Coordenação pedagógica na escola básica brasileira posta em questão. **Revista Cocar**, Belém, v. 13, n. 25, p. 01-21, 03 fev. 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/Liliane%20C%C3%A2mara/Downloads/2160-Texto%20do%20Artigo-5946-1-10-20190203.pdf>. Acesso em: 21 set. 2020.

BELLO, I. M. *et al.* O papel do coordenador pedagógico nas escolas públicas paulistanas: em as questões pedagógicas e o gerencialismo. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 69-86, jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/nspe.1/0104-4060-er-01-00069.pdf>. Acesso em: 22 set. 2020.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 28 set. de 2020.

BRASIL. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.

CANCHERINE, A. A escuta sensível como possibilidade metodológica. In: *Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos*. IV SIPEQ, 2010. Disponível em: <http://www.sepq.org.br/IVsipeq/anais/artigos/49.pdf>. Acesso em: 23 de janeiro de 2017.

CÂNDIDO, R. K.; GENTILINI, J.A.. Base Curricular Nacional: reflexões sobre autonomia escolar e o projeto político-pedagógico. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Paraíba, v. 33, n. 2, p. 323-336, ago. 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/pc/Dropbox/My PC \(DESKTOP-BDJQQ1E\)/Downloads/70269-315989-1-PB.pdf](file:///C:/Users/pc/Dropbox/My PC (DESKTOP-BDJQQ1E)/Downloads/70269-315989-1-PB.pdf). Acesso em: 22 set. 2020.

CAVASIN, M. O.C.. **A importância do coordenador pedagógico nas instituições da rede pública de ensino**. 2016. 16 f. Monografia (Especialização) - Curso de Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/54657/R-E-MARCIANE_DE_OLIVEIRA_CAMPOS_CAVASIN.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 22 set. 2020.

DOMINGUES, I. **O coordenador pedagógico: e a formação contínua do docente na escola**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.



FARIAS, E.F..O papel do coordenador pedagógico com professores especialistas no contexto do ensino fundamental anos finais e ensino médio. 2017. 19 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Parnamirim, 2017. Disponível em: <https://monografias.ufrn.br/jspui/handle/123456789/5618>. Acesso em: 24 set. 2020.

FRANCO, M. A. S.; CAMPOS, E. F. E..**A coordenação do trabalho pedagógico na escola**. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2016. 142 p.

GISELE SILVA DE LIRA RESENDE, 2020, Barra de Garças. **Anais do I Seminário de Educação do Araguaia: diálogos e re- flexões sobre práticas educativas e pesquisas acadêmicas na edu- cação básica**. Mt: Centro Universitário, 2019. 287 p. Disponível em: <http://periodicos.unicathedral.edu.br/anais/article/viewFile/520/374>. Acesso em: 23 set. 2020.

KRAMER S.(org). **Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para Educação Infantil**. São Paulo: Ática, 1989.

LIMA, R. L.; SILVA, V. P.. Gestão ambiental para o turismo excursionista do olheiro de Pureza-RN:uma contribuição da percepção de moradores e excursionistas. 2011. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/599/447>>. Acesso em: 21 set. 2020.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado da Educação e da Cultura. Documento Curricular do Estado do Rio Grande do Norte: Ensino Fundamental [recurso eletrônico] / Secretaria de Estado da Educação e da Cultura – Dados eletrônicos –. Natal: Offset, 2018. Disponível em: <http://www.adcon.rn.gov.br/ACERVO/seec/DOC/DOC000000000192020.PDF>. Acesso em: 28 set. de 2020.

SOUZA, S. M. V. C. O desempenho da coordenação pedagógica nas escolas da rede pública municipal de Itiúba-Bahia(BRASIL). **Internacional Multidisciplinary Journal Of The Brazil**. Bahia, p. 30-41. dez. 2019. Disponível em: file:///C:/Users/Liliane%20C%C3%A2mara/Downloads/O_DESEMPENHO_DA_COORDENACAO_PEDAGOGICA_N.pdf. Acesso em: 21 set. 2020.

VASCONCELOS, C. dos S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto políticopedagógico ao cotidiano as sala de aula. São Paulo: Libertad, 2006.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: ArtMed, 1998.